



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE GUAXUPÉ - MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: CLÁUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO



Criação: Lei nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 15-5-1991
Data de Implantação do Pj-e: 8-9-2014

Jurisdição: Guaxupé, Arceburgo, Guaranésia, Juruáia, Monte Belo,
Muzambinho, Nova Resende e São Pedro da União.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 24-9-2015, p. 2.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h45 do dia vinte e oito de outubro de 2015, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. Luiz Ronan Neves Koury, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Guaxupé, situada na rua Domit Cecílio, nº 780 - bairro Jardim Recreio, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular, Dr. Cláudio Roberto Carneiro de Castro; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Mauro Sérgio da Silva; pelos servidores Ana Cláudia Raimundo Alves, Antônio Donizeti Dias, Éderson de Souza Félix, Edson Arantes Moreira Soares, Elaine Cristina Sofientini, José Furlan Neto, Márcio Matias Ribeiro, Mariana Pereira Mundim Garlipp, Roseane Guimarães Lima Raspanti, Sinval de Figueiredo, Vânia Ribeiro da Silva e Vinícius Alencar de Carvalho; pelas estagiárias Caroline Sefani de Farla e Naiara Nicola Rodrigues e por Lucas Gouvea Ferrela, funcionário da Feneis. Ausentes os servidores Aulinor Ribeiro Sobrinho, em licença luto e Ronaldo Jacinto Penha, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA: Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.024 processos do PJ-e distribuídos, até o dia 27-10-2015, apurando-se a média de 5,40 processos por dia útil.

1.2. PAUTA - As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da Instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 28-10-2015, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria e do PJ-e, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 9-11-2015;
- b) procedimento ordinário: 16-11-2015;
- c) instrução: 28-1-2016.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS - A Vara recebeu 92 cartas precatórias em processos físicos e do PJ-e, até a presente data, neste ano, das quais 82 foram devolvidas para os juízos Deprecantes, conforme consulta realizada junto ao Sistema de Informações Gerenciais.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS - A Vara expediu 308 cartas precatórias em processos físicos e do PJ-e, até a presente data, neste ano, das quais 259 foram devolvidas pelos juízos Deprecados, conforme consulta realizada junto ao Sistema de Informações Gerenciais.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT - Existe o registro de 184 autos de processos físicos e do PJ-e na Instância Superior, sendo que desses, 145 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. ANÁLISE DE DESPACHO OU DECISÃO PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO - Há 6 processos para análise do PJ-e, todos no prazo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 27 autos de processos físicos com carga, todas no prazo.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 2 autos de processos físicos com carga, todas no prazo. Analisando o sistema do PJ-e, constatou-se que existem 2 processos pendentes para exame de peritos.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 395 mandados expedidos em processos físicos no ano em curso, dentre os quais 11 pendentes de cumprimento, todos no prazo e 963 mandados expedidos em processos do PJ-e no ano em curso, dentre os quais 259 mandados pendentes de cumprimento, também no prazo, conforme consulta realizada junto ao Sistema de Informações Gerenciais.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 2 processos físicos com carga para a contabilidade, no prazo e 10 processos do PJ-e pendentes, no prazo.

FASE PROCESSUAL (27-10-2015)

(fonte: Sistema de Informações Gerenciais – e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	64
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	3
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	73
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	52
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	515
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	22
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	149

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.112 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 316 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 792 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- 4 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais, sistema e-Gestão, até do dia 27-10-2015.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação, no ano 2014, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.522, constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

2. PROCESSOS EXAMINADOS - Foram examinados, por amostragem, autos de processos do PJ-e em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA - Na pauta do dia 28-10-2015 havia 10 processos:

- a) procedimento sumariíssimo: 5 processos;
- b) procedimento ordinário: 5 processos.

Foram examinados os autos dos processos do PJ-e 012392/14, 011055/15, 011056/15, 011064/15, 011061/15, 011062/15, 011063/15, 011065/15, 011066/15, 011075/15 e 011076/15, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

- 1) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

RESULTADO - Os processos encontram-se em ordem.



2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS - Exame dos autos dos processos do PJ-e 011103/15, 011101/15, 011100/15, 011099/15, 011096/15, 011095/15, 011094/15, 011093/15, 011091/15 e 011089/15, quanto: à regularidade do despacho "cumpra-se"; à expedição dos mandados (Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados e à regularidade do cumprimento das cartas precatórias.

RESULTADO - Os processos encontram-se em ordem.

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS - Examinaram-se os autos dos processos do PJ-e 010293/15, 010209/15, 010223/15, 010489/14, 010930/15, 010928/15, 010694/15, 010347/15, 010200/15 e 010501/15.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria Regional, quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara, quando da devolução dos autos.

RESULTADO - Os processos encontram-se em ordem.


4 



2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos do Pj-e 010402/14, 010165/15, 010889/15, 010212/15, 011043/15, 011041/15, 010628/15, 010027/15, 010313/15 e 010455/15 nos seguintes aspectos: cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento e cumprimento do Provimento nº 4/2001 do TRT da 3ª Região.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara e ao Pj-e, constatou-se que não há processos *sine die*.

Não foram encontrados processos com julgamento *sine die*. Não é demais, contudo, recomendar que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo necessária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, “a ata será, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data da audiência de julgamento...”. Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 189, II, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 10 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se refere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT.

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos do Pj-e 010288/15, 010584/15, 010071/15, 010039/15, 010415/15, 010446/15, 010471/15, 010458/15, 010877/15 e 010875/15.

Foram examinados os processos quanto ao cumprimento dos comandos dispostos nos §§ 3º e 4º do artigo 832 da CLT, bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 010877/15 e 010875/15: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (22 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Trabalho, constatou-se que não há Inquérito judicial em tramitação, até a presente data.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas, dentre processos físicos e do PJ-e, até a presente data, em tramitação.

2.9. AÇÃO CIVIL COLETIVA - Consultado o sistema Informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis coletivas, dentre processos físicos e do PJ-e, até a presente data, em tramitação.

2.10. PROCESSOS JULGADOS - Examinados os autos dos processos do PJ-e 010631/15, 010958/15, 010435/15, 010239/15, 010924/15, 010926/15, 010503/15, 010742/15, 010608/15 e 010636/15.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (a) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (certidões, conclusão e intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 010503/15: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (19 dias).

Recomenda-se aos MM. Juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS - Examinados os autos dos processos do PJ-e 010970/15, 010971/15, 010973/15, 010974/15, 010975/15, 010959/15, 010582/15, 010632/15, 010836/15 e 010983/15.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do (a) Diretor (a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 010582/15: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (16 dias);

- 010632/15: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (17 dias).



2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 3 precatórios no ano em curso, até a presente data, nos autos do processo 01175/12, 00202/12 e 00044/12, que se encontram na Secretaria de Execuções.

2.13. PROCESSOS REQUISITADOS PELO VICE-CORREGEDOR DURANTE OS TRABALHOS DE CORREIÇÃO: 010658/15, 011104/15, 011108/15, 011061/15, 011002/15, 010658/15, 011081/15, 011080/15, 011090/15, 010868/15 e 011072/15.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos das pautas dos dias 26 e 28-10-2015:

- a) procedimento sumariíssimo: 11 dias;
- b) procedimento ordinário: 10 dias;
- c) instrução: 82 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 28-10-2015, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) procedimento sumariíssimo: 12 dias (9-11-2015);
- b) procedimento ordinário: 19 dias (16-11-2015);
- c) instrução: 92 dias (28-1-2016).

CORREIÇÃO DE 2014: Na correição realizada em 17-9-2014, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) procedimento sumariíssimo: 12 dias;
- b) procedimento ordinário: 16 dias;
- c) instrução: 9 dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) procedimento sumariíssimo: 12 dias;
- b) procedimento ordinário: 12 dias;
- c) instrução: 244 dias.

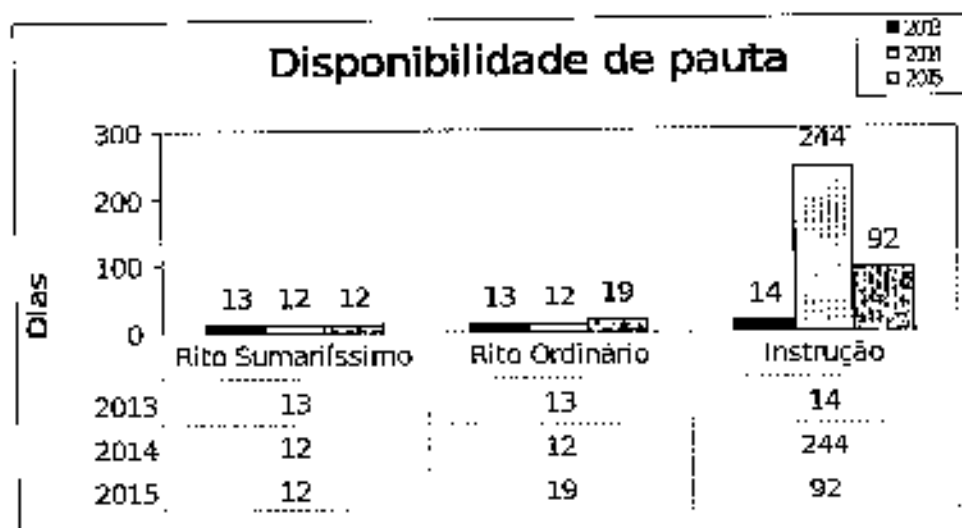
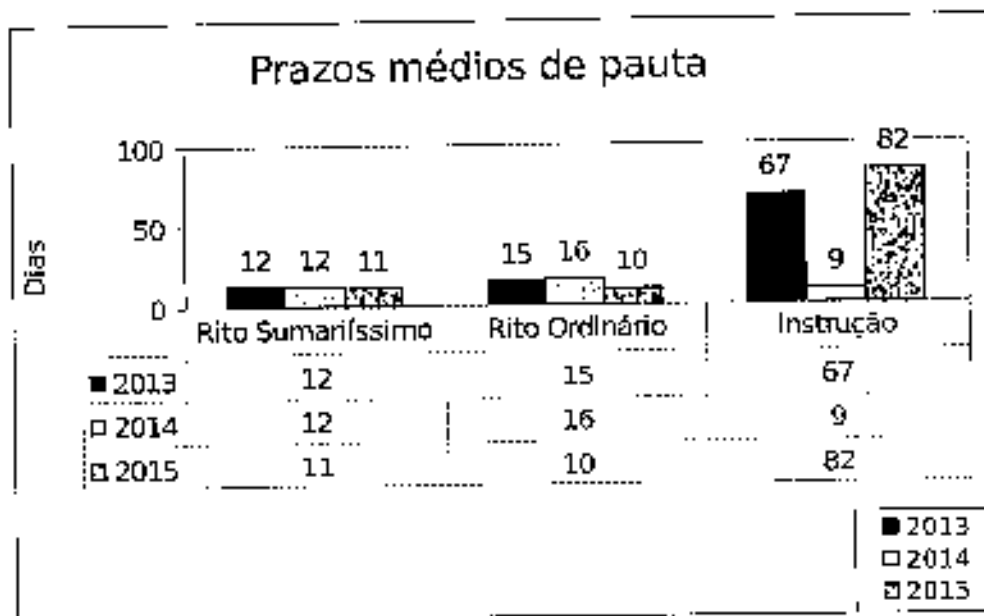
CORREIÇÃO DE 2013: Na correição realizada no dia 6-8-2013, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) procedimento sumariíssimo: 12 dias;
- b) procedimento ordinário: 15 dias;
- c) instrução: 67 dias.

A disponibilidade de pauta foi de:



- a) procedimento sumariíssimo: 13 dias;
b) procedimento ordinário: 13 dias;
c) Instrução: 14 dias.



Obs.: Os dados acima referidos são correlatos aos indicadores estratégicos constantes do Plano Plurianual 2010/2014, a saber: Indicador nº 8 - Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo; Indicador nº 9 - Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária; e Indicador nº 10 - Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução.

PRAZOS MÉDIOS (dia 27-10-2015)

(fonte: Sistema de Informações Gerenciais - e-Gestão)

a) FASE CONHECIMENTO:

	Quantidade	Dias
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência - procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência -	221	20,33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

procedimento sumariíssimo (item 90263)		
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	635	25,45
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 267)	2	137
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90267)	320	32,49
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 258)	45	325,60
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	770	59,11
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	2	147
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	303	31,73
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – exceto rito sumariíssimo (item 272)	60	300,47
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – exceto rito sumariíssimo (item 90272)	736	60,47

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO

	Quantidade	Dias
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	6	20,67
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	8	0
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	55	26,58

c) FASE DE EXECUÇÃO

	QUANTIDADE	DIAS
Do início ao encerramento da execução – ente privado (item 275)	104	838,33
Do início ao encerramento da execução – ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente	18	1.161,94



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

público (item 277)		
Do início ao encerramento da execução - ente público (item 90277)	0	0

No ano 2014, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento: 610, média de 2,68 por dia;
- b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração: 72, média de 0,32 por dia;
- c) decisões na fase de execução: 129, média de 0,57 por dia;
- d) total: 811 processos conclusos para decisão no período, média total de 3,57 por dia de expediente forense.

	Ano-2014	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	610	2,68
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	72	0,32
Decisões na fase de execução	129	0,57
Total	811	3,57

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS - Em setembro de 2015, com 21 dias úteis, realizaram-se:

- a) audiências de procedimento sumariíssimo: 18 média de 0,86 por dia;
- b) audiências de procedimento ordinário: 106, média de 5,05 por dia;
- c) audiências de instrução: 29, média de 1,38 por dia;
- d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 56, média de 2,66 por dia;
- e) total de audiências: 209, média de 9,95 por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	18	0,86
Procedimento ordinário	106	5,05
Instrução	29	1,38
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	56	2,66
Total	209	9,95

No mês de agosto de 2015, segundo dados do Sistema de Informações Gerenciais - sistema e-Gestão, foram proferidas 48 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40, 90040, 43, 90043, 46 e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

90046, 14 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme Itens 115 e 90155. Foram conciliados 119 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira, a partir das 8h30 e/ou 13h30. O intervalo entre as audiências é de 6 minutos para as de procedimento sumaríssimo, ordinário e instruções.

Em atendimento ao artigo 18, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, registre-se que o magistrado, Dr. Cláudio Roberto Carneiro de Castro, realiza audiências nesta Vara do Trabalho de segunda a quarta-feira e comparece, sempre que necessário, nos outros dias da semana, conforme declaração do Secretário da Vara do Trabalho.

Tendo em conta a disposição contida no artigo 30, inciso IV, c, do Regimento Interno do TRT da 3ª Região, declara o Magistrado que reside nos limites da jurisdição da respectiva Vara do Trabalho, conforme endereço atualizado no cadastro da Secretaria-Geral da Presidência e declaração anexa à presente ata.

De acordo com o Secretário, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 600 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que, atuando outro magistrado (a) nesta Vara, seja observado o disposto no artigo 118-B do Provimento nº 1/2008, do TRT da 3ª Região.

5. PRODUÇÃO - Do total de 2.382 processos para solução em 2014, 2.102 foram recebidos no ano 2014, 273 são processos remanescentes de 2013 e 7 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de 9,26. No ano 2014, foram solucionados 2.161 processos, dos quais 1.205 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 90,72%.

Do total de 1.757 processos para solução em 2013, 1.591 foram recebidos no ano 2013, 156 são remanescentes de 2012 e 10 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2013, foram solucionados 1.478 processos, nos quais, 766 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 84,12%.

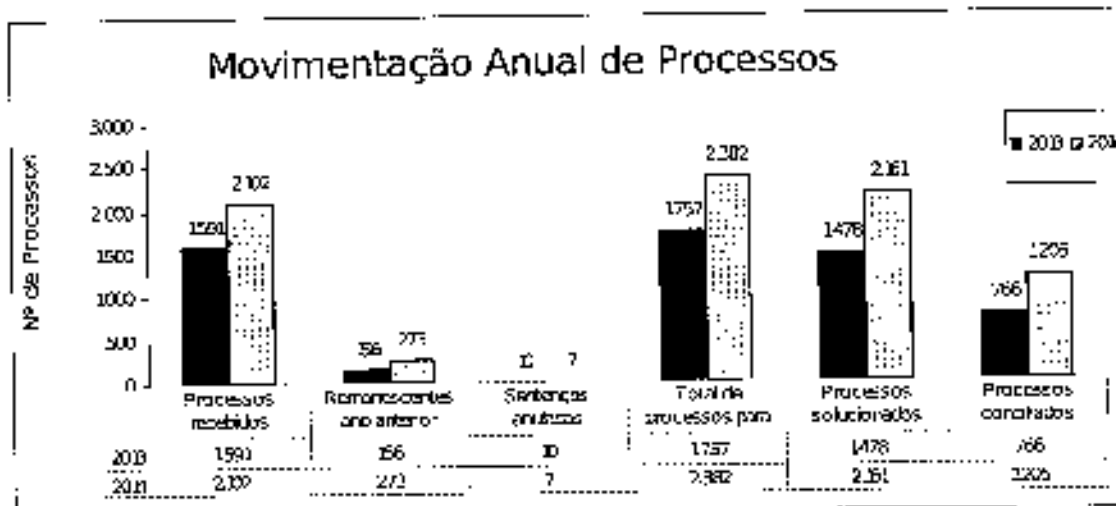
Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 32,12% no número de processos recebidos no ano 2014. Quanto à produção, verificou-se que em 2014 houve um aumento de 6,6%.

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

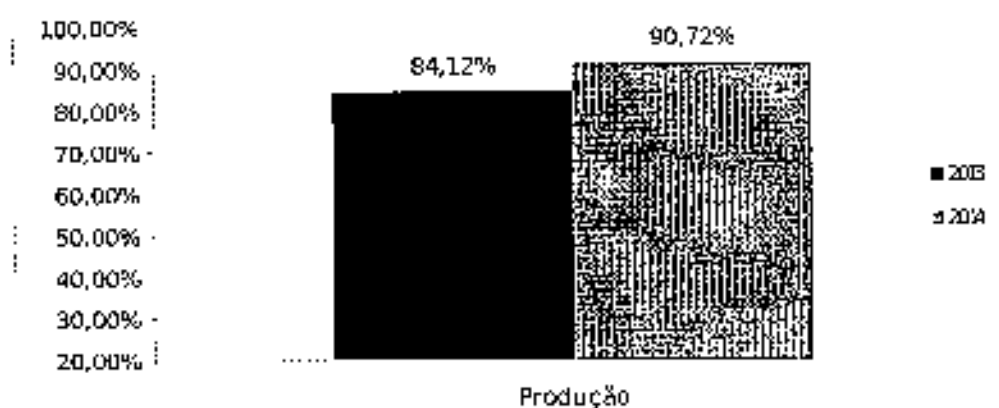


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Movimentação Anual de Processos		
	2013	2014
Processos recebidos	1.591	2.102
Processos remanescentes do ano anterior	156	273
Sentenças anuladas	10	7
Total de processos para solução	1.757	2.382
Processos solucionados	1.478	2.161
Processos conciliados	766	1.205
Produção	84,12%	90,72%



Porcentagem da Produção



6. ARRECAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, ano 2014, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o registro dos seguintes valores:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$407.613,01	R\$51.033,26

Nas Varas do Trabalho de semelhante movimentação, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria Regional acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.788.436,76 e do Imposto de Renda em R\$138.549,83. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se ao Secretário da Vara do Trabalho que sejam observados os lançamentos das guias de imposto de renda e de contribuição previdenciária.

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias nºs 3/2002, que trata dos procedimentos para a Secretaria anotar CTPS e 1/2015, que regulamenta a Juntada de documentos no PJe.

8. BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor constatou que a Secretaria do Juízo emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente nesta Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, não sendo encontrados excessos de prazo.

Foi indagado o Sr. Secretário da Vara do Trabalho se existe algum processo fora do arquivo que não foi possível ser examinado, se há alguma determinação de conclusão que não foi cumprida, se os autos de algum processo estão desviados, sem o alcance da inspeção do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ou, por último, que não foram lançados, tendo sido respondido negativamente.

Registre-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 214 de 2014, que suspendeu os prazos no período de 7-1 a 18-1-2015.

9.1. SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO: Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, relativamente às pautas dos dias 16 a 20-3-2015, que foram incluídos em audiência 122 processos e celebrados 19 acordos, no valor total devido de R\$83.850,55. Verificou, ainda, que foi cumprida a recomendação constante no Ofício TRT/CR/VC/Circular nº 1/2015, uma vez que foram incluídos 72 processos em pauta para tentativa de conciliação.



9.2. SEMANA NACIONAL DA EXECUÇÃO: Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante consulta ao Sistema de Informações Gerenciais, relativamente às pautas dos dias 21 a 25-9-2015, que foram incluídos em audiência 96 processos e celebrados 18 acordos, no valor total devido de R\$57.647,09. Verificou, ainda, que foi cumprida a recomendação constante no Ofício TRT/CR/VC/Circular nº 29/2015, uma vez que foram incluídos 71 processos em pauta para tentativa de conciliação.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

- 1) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 596 do CPC, bem como a inclusão destes no polo passivo da execução, atentando assim para as disposições contidas no artigo 68, incisos I e III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 2) redobrada e intensificada a atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo, naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, de modo a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, Inciso LXXVIII, da Lei Magna;
- 3) cumprido o Provimento nº 1/2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa falida ou em recuperação judicial;
- 4) cumprida a Recomendação nº 2, de 2 de maio de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;
- 5) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP nº 1, de 2012;
- 6) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;
- 7) conferida prioridade à tramitação e ao julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme Recomendação Conjunta GPCGJT nº 1, de 3 de maio de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 13 de maio de 2011, republicada em cumprimento ao disposto no art. 1º do Ato Conjunto nº 4/GPCGJT, de 9 de dezembro de 2013, divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de dezembro de 2013;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

8) encaminhadas "cópia das decisões em que haja o reconhecimento, por meio de prova pericial, de agente insalubre no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentencas.dsst@mte.gov.br, com cópia para insalubridade@tst.jus.br", na forma determinada pela Recomendação Conjunta nº 3/GP.CGJT, de 27 de setembro de 2013, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 30 de dezembro de 2013;

9) cumprida, fielmente, a Recomendação CGJT nº 2/2010, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de junho de 2010, p. 16/17, dispondo que "os juizes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções";

10) observado o disposto no Ato GCGJT nº 17/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), bem assim o Provimento nº 4/2012, do TRT da 3ª Região, que dispõe sobre o arquivamento provisório ou definitivo do processo de execução, conversão de autos físicos de processos de execução arquivados provisoriamente em certidões de créditos trabalhistas e promoção da execução pelo credor trabalhista;

11) informado ao INSS, por meio do e-mail pfmg.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TST.GP nº 218/2012, de 7 de março de 2012;

12) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho no qual haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o Recurso, na forma da lei", consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral;

13) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes, notadamente, na fase de execução;

14) liberado o depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal, prosseguindo a execução depois pela diferença, conforme Inciso I do artigo 66 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

15) realizadas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, nos termos do inciso II do artigo 66 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os Juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus BONS OFÍCIOS e PERSUASÃO no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos" (sem destaques no original), nos moldes do § 1º do referido artigo;

16) cumprida a Recomendação CRA/CR nº 1, de 2 de junho de 2014, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de junho de 2014, que reforça as determinações do item 15 e indica práticas complementares;

17) evitada a utilização do sistema BACEN JUD, quando se tratar de execução provisória (Súmula 417, III, do TST);

18) observados o artigo 89-A do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região e o §3º do artigo 1º da Resolução nº 100, de 24 de novembro de 2009, do CNJ, que dispõem sobre a obrigatoriedade de transmissão das cartas precatórias de forma eletrônica, via Malote Digital;

19) na execução provisória, cumpridas as determinações do Provimento CGJT nº 3, de 20 de agosto de 2014, do TST;

20) observadas pelos magistrados de 1º Grau as determinações constantes da Recomendação nº 12/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias;

21) consultadas, conferidas e utilizadas, como instrumento de gestão, as estatísticas e informações do sistema e-Gestão, por meio do *site* da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

22) cumprida a Recomendação TRT3/GP/CR/DJ nº 2, de 10 de setembro de 2013, divulgada no DEJT do dia 17 de setembro de 2013, quanto à digitalização dos autos nos casos de declaração de incompetência em razão do lugar;

23) observadas as determinações constantes dos OFÍCIOS CIRCULARES OF/TRT/VCR/CIRCULAR nº 5/2015 e OF/TRT/VCR/CIRCULAR nº 6/2015, expedidos pela Corregedoria Regional, que determinam o lançamento do código "056" (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, após o decurso do prazo concedido ao devedor na primeira citação para pagamento do débito ou cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer;



24) observadas as determinações contidas no Ato CSJT.GP.5G nº 272, de 23-9-2014, e o Ofício TRT/CR/VC/Circular nº 1/2015 em relação às Semanas Nacionais da Conciliação Trabalhista.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

Recomenda, também, o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

1) cumprida a Ordem de Serviço GP nº 1, de 28 de janeiro de 2015, publicada no DEJT de 30-1-2015, que estabelece procedimentos a serem adotados, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para atender à solicitação do Conselho Nacional de Justiça relativa ao monitoramento de processos sobrestados em decorrência do instituto da repercussão geral, determinando-se que a unidade organizacional envie o relatório dos processos sobrestados para o endereço djud@trt3.jus.br, impreterivelmente até o 5º dia útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a necessidade de que seja observada a recomendação acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2014:

O Desembargador Vice-Corregedor verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

11. METAS ESTRATÉGICAS

11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2015:

Durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis – SC, nos dias 10 e 11 de novembro de 2014, foram aprovadas as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2015, dentre elas, dentre elas, sob coordenação desta Corregedoria:

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, na Justiça do Trabalho, no 1º e no 2º graus.

Na oportunidade, também foram definidas as **Metas Específicas para 2015** que devem ser alcançadas em cada segmento de justiça. Especificamente ao Judiciário Trabalhista, sob a coordenação desta Corregedoria Regional, foram aprovadas as seguintes metas:

Meta 5 – Baixar em 2015, na Justiça do Trabalho, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.



Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até a data de 31/12/2012, no 1º grau.

Meta 7 – Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

META 1/2015

Vara do Trabalho de Guaxupé			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Até 27-10-2015	1.011	1.140	112,76%

(fonte: e-Gestão)

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais – e-Gestão, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o atingimento da referida Meta, não havendo processos pendentes distribuídos até 31-12-2013.

11.2. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO

Indicador 6: Índice de processos julgados no 1º grau;

Indicador 8: Tempo médio de duração do processo – fase de conhecimento, 1º grau;

Indicador 10: Taxa de congestionamento – 1º grau;

Indicador 12: Índice de execução;

Indicador 13: Tempo de duração do processo de execução contra ente privado;

Indicador 14: Taxa de congestionamento na fase de execução.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ressalta a importância no cumprimento das Metas Prioritárias nºs 1 e 5, que serão objeto de acompanhamento mensal pela Corregedoria, solicitando aos magistrados empenho para que o TRT da 3ª Região venha a cumpri-las integralmente, dispensando, assim eventuais ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano.

12. CONTROLE DE GASTOS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No que se refere ao controle de gastos e responsabilidade socioambiental, porque perenes, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações contidas nas Metas Nacionais Prioritárias nºs 6 e 10, do ano 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária nº 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária nº 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.



PÓDER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que esta unidade continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT da 3ª Região, em atendimento às Recomendações nº 11 e nº 27 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio, de 2007, instituiu a Comissão de Responsabilidade Socioambiental para coordenar os projetos e ações institucionais de responsabilidade socioambiental, voltados à sustentabilidade, especificamente gestão ambiental e inclusão social da pessoa com deficiência.

Diante das medidas adotadas pelo Tribunal, visando alcançar o objetivo estratégico de atuar com responsabilidade socioambiental, recomenda o Corregedor: a) realizar, anualmente, a Semana do Descarte, conforme Portaria nº 97, de 2008, do TRT da 3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis e autos findos eliminados junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem, de acordo com o PARÁGRAFO ÚNICO do artigo 13 da Instrução Normativa nº 1, de 14 de junho, de 2012; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização impressão em frente e verso, conforme previsto no OF/TRT/CR/VC/CIRCULAR nº 24/2014. Para informações, acessar o portal da Responsabilidade Socioambiental, www.trt3.jus.br/socioambiental; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) permitir a entrada e a permanência de cães-guias em todas as dependências do edifício e suas extensões, de acordo com o item "c" da Recomendação nº 27 do CNJ; f) quando houver pessoa com deficiência auditiva, participe do processo oralizado, adotar comunicação escrita ou por meios eletrônicos, bem como adotar medidas que viabilizem a leitura labial, de acordo com o item "f" da Recomendação nº 27 do CNJ; g) gerar arquivos em PDF, conforme orientações da Diretoria de Coordenação de Informática disponíveis na Intranet, Manuais Informática, garantindo a acessibilidade do documento aos deficientes visuais através de leitores de tela; h) manter atualizado o controle de bens permanentes, a fim de facilitar o inventário anual, conforme está determinado na Instrução Normativa GP/DG nº 3, de 25 de agosto de 2014.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA - Com base no artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, sendo o Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e Resolução GP nº 7, de 3-10-2013, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor constatou os itens dispostos na certidão do Secretário da Vara do Trabalho, anexa a presente ata.

O crachá funcional deve ser utilizado por todos os servidores da Secretaria.

RECOMENDAÇÕES QUANTO À SEGURANÇA INSTITUCIONAL: Em face da situação verificada, o Desembargador Vice-Corregedor determinou que se faça contato com a Polícia Militar para que seja garantida a ronda noturna específica em relação à sede da Unidade Judiciária bem como que seja oficiada a Presidência deste Tribunal sobre a situação envolvendo a segurança institucional, com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

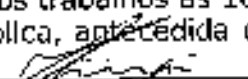
comunicado, se assim a eminente Presidente entender por bem, aos setores específicos da Segurança Institucional para as providências devidas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS - O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor recomendou que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional, qual seja "Solucionar conflitos nas relações de trabalho, por meio da contribuição de magistrados e servidores, oferecendo à sociedade justiça e desenvolvimento social".

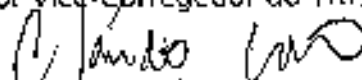
Enfatizou que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser referência na sociedade por meio da prestação jurisdicional, caracterizada pela celeridade e qualidade no atendimento aos usuários e pela excelência dos seus processos de gestão".

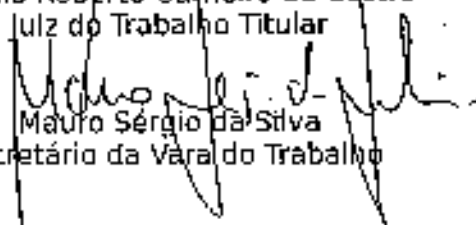
Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registre-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 16 horas do dia vinte e oito de outubro de 2015, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Ana Paula Firpi , Assessora, em exercício, do Desembargador Vice-Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além da Sra. Assessora acima nominada, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Luigi Adriano Perelra de Souza.


Luiz Rogério-Neves Koury
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


Cláudio Roberto Carneiro de Castro
Juiz do Trabalho Titular


Mauro Sérgio da Silva
Secretário da Vara do Trabalho